

3.

A memória de geração.

Do valor familiar à herança política carioca.

A gente passa metade da vida se preparando para a outra metade. É demais.

Carlos Lacerda¹

Em meados da década de 1960, Carlos Lacerda perdera sua chance de suceder Castello Branco na presidência da República devido à prorrogação do governo militar. Sua intempestiva reação quanto ao adiamento das eleições presidenciais afastou-lhe das graças do presidente e a partir dessa nova “moldura contextual”² nos foi possível perceber, no capítulo anterior, a maneira que nosso autor mobilizou sua lembrança em sua obra memorialística, no intuito de manter a viabilidade de seu projeto político: chegar à Presidência do Brasil.

Em 28 de outubro de 1966, Lacerda juntamente com Juscelino Kubitschek lançou um movimento político denominado Frente Ampla, cujo objetivo primeiro consistiu na democratização do país. Contudo, em fins deste mesmo ano nosso autor tentara estruturar um novo partido a partir desta organização criada com Kubitschek. Sua intenção era criar uma frente política - batizada de Frente Ampla – que o reunisse a Juscelino Kubitschek e a João Goulart. No entanto, devido às imposições à criação de um novo partido decretadas por deputados da ARENA em 12 de dezembro de 1966³ e a recusa inicial de Jango em participar do movimento, Lacerda decidiu manter a estruturação da Frente Ampla, mas adiar a composição de um novo partido político. Apenas em fevereiro de 1967, devido à esperança no governo de Costa e Silva que se

¹ LACERDA, Carlos. **Rosas e pedras de meu caminho**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. P.123

² Não podemos esquecer que a retomada do conceito de Alfred Shutz *frame*, o qual chamamos no texto de moldura contextual, não significa a defesa de um quadro contextual pré-configurado que subjuga a ação individual. Lacerda interage com esse campo de possibilidades - no intuito de manter a viabilidade de suas lembranças - transformando estas maleáveis fronteiras e/ou adaptando-se a elas.

³ Ver artigo 149 da Constituição de 1967 na página 51. A lei incorpora as imposições da ARENA de 1966. Ver também DULLES, John W F. **Carlos Lacerda**. A vida de um lutador. Vol. II. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p.483.

iniciaria em março daquele ano, a menção à criação de um terceiro partido retorna aos discursos lacerdistas.

Kubitschek escrevendo a Lacerda uma semana antes da posse de Costa e Silva (...) revelou seu otimismo ao escrever que o movimento estava tendo muito boa receptividade entre o povo. Concordando com a recomendação de Lacerda de que deveriam conservar um ambiente de simpatia em torno do novo governo, Kubitschek manifestou a sua convicção de que as esperanças que cercavam Costa e Silva seriam por ele transformadas em instrumentos para a nova marcha que o Brasil necessitava. (...) Lacerda dissera em fevereiro que o novo partido político seria por ora conhecido como a Frente Ampla.⁴

Em suas narrativas de abril de 1967, **Rosas e Pedras de meu Caminho**, nosso autor deixa clara sua esperança quanto à adesão de Costa e Silva à Frente Ampla e sua revisão da Constituição de 1967, e das leis instituídas pelo governo de Castello, como por exemplo, o artigo 149 referente à regulamentação dos partidos políticos:

VII - exigência de dez por cento do eleitorado que haja votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos em dois terços dos Estados, com o mínimo de sete por cento em cada um deles, bem assim dez por cento de Deputados, em, pelo menos, um terço dos Estados, e dez por cento de Senadores.⁵

Além disso, devido aos rumores publicados em fins de março pelo **Jornal do Brasil** quanto à possibilidade de Costa e Silva oferecer-lhe um cargo de embaixador do Brasil junto às Nações Unidas, Lacerda também apresenta inúmeras vezes em suas lembranças, o interesse em participar do novo governo militar.

Vaticina-se nos meios políticos que o interesse de Lacerda em incorporar-se ao governo se devia à crescente convicção de que a sua única chance de chegar à Presidência em 1970 seria ganhar uma eleição indireta dominada pela ARENA.⁶

Além da defesa da Frente Ampla e da tentativa de torná-la coerente com seu passado, Carlos também demonstra em suas memórias a disposição para trabalhar ao lado do governo militar. Dessa forma, sua lembrança ajusta-se à viabilidade de ação que o autor possui no momento em que a evoca. Entretanto, além de interagir suas lembranças com o campo de possibilidades que o cerca, Lacerda precisa demonstrar ao seu leitor através dessa lembrança sua vocação para o cargo que tanto almeja. Apresentar a relevância da Frente Ampla e sua intenção de participar do governo

⁴ DULLES. Op.cit. p. 486.

⁵ Constituição de 1967. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o67.htm.

Acesso em março de 2011.

⁶ DULLES. Op.cit. p.489.

vigente são, de fato, passos que podem o aproximar de seu objetivo. Contudo, para continuar avançando em seu projeto de ação política Lacerda precisa que sua rememoração torne claro ao leitor que ele possui características que o tornariam preparado para assumir a Presidência da República.

Devemos, portanto, analisar certas recorrências argumentativas presentes em suas evocações do passado, no intuito de compreendermos a identidade narrativa que nosso autor desejava arquitetar. Ele, não só, tentara convencer o leitor da coesão de sua rememoração com o contexto no qual estava inserido, como também intentava demonstrar, através da evocação do passado, sua vocação para o cargo que almejava conquistar. Veremos como nosso autor elaborou, através dessa rememoração ativa, uma história referente à sua formação política, um trajeto que tinha como ponto de chegada o momento para o qual “passou a vida a se preparar”, a Presidência. Essa narrativa é constituída por dois caminhos que se entrecruzam: o legado familiar de oposição política e a construção de uma imagem democrática.

Neste capítulo analisaremos o primeiro trajeto narrativo de Lacerda, deixando a construção argumentativa do homem democrático para o capítulo posterior. A apropriação de uma memória familiar contribuiu para a composição de uma coerência argumentativa que Lacerda conseguira manter em suas evocações, a despeito de todas as mudanças políticas e inconstâncias em sua posição durante o passar dos anos. Um exemplo desta apropriação da memória familiar encontra-se no próprio sentido que dera a sua obra **Rosas e Pedras de meu caminho**. Nosso autor afirma que encontrou a melhor definição para o que estava a fazer em um bilhete de seu pai sobre a obra de memórias que este pretendia escrever:

Trata-se de simples apontamentos para essa história toda espontânea de uma vida pública, no Brasil do século XX, que estamos tentando lançar num molde totalmente novo, sem a monotonia das memórias e o personalismo das biografias (...). Essa obra confesso que só a encenei à força da tua crença no seu interesse para o mundo que deverá ficar, entre as tuas mãos quando as minhas já se tiverem cruzado no limiar da morte. Entre as tuas mãos e a de teus irmãos, que são todos os meus filhos, aos quais não desejaria deixar apenas um punhado de histórias sem um epílogo que as encerrasse, enchendo de novo o coração de vocês de grandes esperanças. De vocês e do mundo que anda tão deserto delas.⁷

⁷ LACERDA. Op.cit., p.31.

Maurício Paiva de Lacerda (1888-1959) foi deputado federal pelo Estado do Rio, reelegendo-se em 1915 e 1918 e nesse mesmo período, assumira também o cargo de prefeito de Vassouras (1915-1920). Sua atuação política estava em estreito contato com organizações operárias do Rio de Janeiro e devido a esses vínculos foi expulso do Partido Republicano Fluminense (PRF), além de perder seu mandato na Câmara Federal durante meados de 1910. Ele participou das articulações que ocasionaram o levante militar de 5 de julho de 1922, o qual deu início às revoltas tenentistas no país. Por conta de sua atuação nesses episódios, acabou preso. Apoiou o movimento revolucionário que depôs Washington Luis e levou Vargas ao poder, no entanto, após desentendimentos com o novo governo foi novamente preso em 1936, acusado de participar da Revolta comunista de 1935. Em 1945 com a democratização do país Maurício de Lacerda ingressou na UDN- União Democrática Nacional - tendo presidido a seção carioca no ano seguinte.⁸

Não é uma simples coincidência Lacerda acreditar que sua obra é similar ao trabalho que seu pai uma vez ambicionara realizar. Em suas narrativas, a memória de sua juventude e formação política entrecruza-se a memória de seu pai. A menção ao seu avô e até mesmo ao seu bisavô também estão presentes em suas narrativas sobre o passado. Dr. Joaquim Monteiro Caminhoá, médico da marinha, participou da Guerra do Paraguai, lutando contra a epidemia de *Cholera morbus*, em Corrientes e escreveu uma obra, considerada capital por seu bisneto, denominada **Elementos da Botânica Geral e Médica**. Lacerda muitas vezes intenta demonstrar que as ações de sua vida refletem a herança intelectual, política e moral de sua família como podemos ver nessa passagem, na qual defende que suas ações no governo da Guanabara estavam imbuídas do “espírito” de seu bisavô:

Foi ele (Joaquim Monteiro) que chamou a Lota Macedo Soares para fazer o Parque do Flamengo. Foi ele que desapropriou o terreno para plantar, na Penha, o parque Ari Barroso, o único da Leopoldina. (...). E ainda há quem não acredite em alma.⁹

Ricoeur caracteriza o entrecruzamento de memórias como a seqüência das gerações, uma vez que inclui o tempo vivido na vastidão do tempo cósmico. Essa perpetuação da memória ancestral consiste em uma experiência marcante que contribui

⁸ In Verbete Mauricio de Lacerda. Disponível em:

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/mauricio_lacerda

⁹ Ibid., p.90.

para estender o círculo dos próximos, ampliando-o rumo a um passado, que nos coloca em comunicação com a vivência de uma geração que não é a nossa. As narrativas compartilhadas pelos mais velhos da família ampliam o vínculo de filiação, à medida que afastam o horizonte temporal consagrado pela memória do indivíduo. Com isso, a identidade narrativa¹⁰ – uma mimesis de representação que como sabemos possui uma amarra fundamental com a evocação e o projeto - está comprometida com essa memória caracterizada por Ricoeur como memória de geração. Pretendo demonstrar que a construção da identidade narrativa de Lacerda também se constitui através dessa defesa do autor referente à continuação de um legado de família.

O imenso mundo em que se forma o espírito de uma criança, na sua imaginação, mas nem por isso menos, e sim mais empolgante, penetrado pelas influências do pequeno mundo das pessoas grandes, se altera, se encolhe ou se dilata conforme as contingências, a escala de valores, os atributos naturais e a contribuição que lhe trazem ou que lhe negam os adultos.¹¹

Não podemos deixar de ressaltar o jogo retórico que entremeia seu discurso, ou seja, a partir da citação acima, podemos perceber que há um esforço por detrás dessa interseção entre memória individual e familiar. Utilizar-se desta “herança” nos aproxima da idéia de “memória exercitada” de Ricoeur, na qual a memória é incorporada à constituição de uma identidade por meio da narração – “a narrativa diz o quem da ação”.¹² A rememoração possui uma função seletiva que possibilita à manipulação a oportunidade de rememorar eventos que contribuam para a construção da imagem desejada e esquecer aqueles que não se encaixam no projeto identitário que o autor almeja construir através de sua narrativa.

Um exemplo desta “memória exercitada” encontra-se na permanência, mesmo que muitas vezes dissimulada, da importância do “nome de família”, o que nos ajuda a compreender o motivo da recorrência de Lacerda à “memória de geração”. Através da memória familiar, nosso autor nos transmite uma idéia de família como valor, os bens simbólicos são herdados pela geração seguinte e, portanto, destacar, por exemplo, as qualidades de seu bisavô significa apontar para a preservação das mesmas em si. A

¹⁰ Conceito de Paul Ricoeur presente no livro **A memória. A história. O esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

¹¹ LACERDA. Op.cit. P. 83.

¹² RICOEUR. **A memória. A história. O esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. P.98

autora Myriam de Barros nos ajuda a compreender melhor o papel do nome de família na constituição identitária de um indivíduo:

A história familiar é marcada pela presença de avós socialmente conhecidos, a inserção na família representa um símbolo de status. Lembrar a importância desses avós (...) por si só não traz à história narrada seu significado para o presente. O que se faz sentir nos discursos é a permanência da sua importância, uma vez que avivar essa importância é avivar também o desempenho moral da família. (...) A identidade social da família se fundamenta nas idéias de desempenho e esforço pessoal para o estabelecimento de sua história.¹³

Carlos Lacerda inicia sua obra **Rosas e Pedras de meu caminho** referindo-se a seu pai, Maurício de Lacerda: “um dos raros políticos que conheci interessados em ler mais do que os jornais do dia.”¹⁴ Assim como tal elogio poderia, pelo leitor, ser estendido ao autor, todas as demais menções feitas à Maurício de Lacerda também podem ser lidas como uma forma velada de auto-referenciação. Nada mais sutil do que deixar o leitor fazer suas próprias relações quanto ao legado familiar que Lacerda carrega, ao invés da desvalorada tarefa de apresentar suas qualidades pessoais.

Dessa forma, podemos compreender as inúmeras menções referentes às ações políticas de seu pai, presentes nesta narrativa, como uma tentativa de vincular a trajetória de Maurício de Lacerda com a sua própria trajetória política. Neste livro, ele comenta que em 1966 ganhara do deputado Rui Carvalho o livro que seu pai estava a ler na hora de seu nascimento – uma das páginas possuía um pequeno recado de Maurício de Lacerda: “lido até aqui este à espera de nascer meu filho, o qual veio ao mundo às 12 horas e 3 minutos 29 e 30 de abril de 1914”¹⁵. Quanto ao achado do deputado, nosso autor conclui ser o “destroço de muitos naufrágios de livros, vendidos, perdidos, confiscados pela polícia, ao longo de três gerações e muitos desafios.”¹⁶ Como vimos no capítulo passado, Lacerda escreve a obra em 1967, momento no qual o Brasil atravessa um período ditatorial, portanto, sua passagem quanto aos “desafios dessas três gerações” não pode passar-nos despercebida.

De acordo com Skidmore, qualquer candidato que mantivesse uma posição crítica em relação ao governo castelista (1964-1966) possuía escassas perspectivas de

¹³ BARROS, Myriam Lins de. **Autoridade e Afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. P. 90.

¹⁴ LACERDA, Carlos. Op.cit. P. 19.

¹⁵ Ibid.pg. 19

¹⁶ Ibid. pg 19.

alcançar o cargo de presidente da república¹⁷. Lacerda liderava a ala radical da UDN que desafiara Castello, uma medida precipitada decorrente da decisão presidencial de suspender as eleições de 1965 e prorrogar o governo militar no país. Com isso, mesmo ao tentar aproximar-se do atual governo de Costa e Silva, iniciado em 1967, ano no qual estava a escrever o livro, nosso autor afastou-se da anterior condução do que chama “revolução de 64” através de uma analogia com a imagem de seu pai: alguém que também defendeu uma revolução no Brasil e, no entanto, tornou-se opositor da mesma na medida em que seus líderes políticos a desvirtuaram. Assim como seu pai sofrera com as perseguições políticas de sua época Lacerda pretende demonstrar que também foi vítima de censuras e perseguições; a memória geracional imbrica-se à memória pessoal para lhe dar significado.

No capítulo anterior vimos como Lacerda aponta em sua narrativa de 1967 para os problemas do governo de Castelo que em apenas três meses após a “revolução” perdera o apoio civil. Para o autor as idéias ultrapassadas do grupo castellista levaram à perda do controle político em favor do grupo de Costa e Silva, cujas idéias foram caracterizadas, por Lacerda, como progressistas. Ele conclui apontando para o desafio do novo presidente: a organização de um partido forte que vença as próximas eleições e, com isso, aniquile as suspeitas existentes no país com relação às forças armadas. Nosso autor, portanto, constrói uma identidade narrativa em sua obra que o apresenta como a personificação da solução dos problemas do novo presidente: o personagem civil que conseguirá resgatar a confiança da população nos militares brasileiros e manter o que chama de “revolução de 64” nos trilhos. Podemos, neste momento, retornar à parte final do bilhete que Mauricio de Lacerda deixa ao filho referente à sua obra autobiográfica:

(...) Essa obra confesso que só a encenei à força da tua crença no seu interesse para o mundo que deverá ficar, entre as tuas mãos quando as minhas já se tiverem cruzado no limiar da morte. (...) enchendo de novo o coração de vocês de grandes esperanças. De vocês e do mundo que anda tão deserto delas.¹⁸

Ele parece deixar um legado para o filho, ao depositar em suas mãos a esperança de mudar o mundo. Em uma obra memorialística que pretende construir a imagem de Lacerda como homem possuidor de uma vocação política, nada melhor que o estabelecimento deste legado familiar: a narrativa de nosso autor nos faz acreditar que

¹⁷ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. P. 103.

¹⁸ Ibid., p.31.

sua família está imbuída de um “espírito contestador” o que impele o leitor a reconhecê-lo no próprio autor.

Meu pai negou-me muito, porque tudo o que teve, o talento, o encanto, a bondade natural não bastaram para compensar a injustiça com que foi tratado por um país que o aclamou, ao qual serviu, mas que lhe negou a oportunidade de realizar grandes coisas a que estava destinado. Deixou a injusta reputação de homem que só sabia destruir, a mesma em que se pretendeu me aprisionar (...) Mas o pouco que me deu foi muitíssimo. Seu sentido da vida pública era de uma doação, não uma reivindicação pessoal.¹⁹

Em **Rosas e Pedras de meu Caminho**, Lacerda declara a posição política de seu pai: sempre foi um homem de oposição; e é de maneira similar que caracteriza sua vocação: falar quando os outros se calam. De acordo com o autor, ser da oposição era muito mais difícil do que ser do governo, pois “ser oposicionista de verdade, quer dizer, cumprir o seu dever de oposição, de vigilância, de crítica, é muito mais frustrante.”²⁰ Para ele, ambos sofreram tal frustração, pois devido à reputação de “homem que só sabia destruir”²¹, acredita que lhe foi negado assim como o foi ao seu pai, “a oportunidade de realizar grandes coisas a que estava naturalmente destinado”²². Mas como podemos ver na citação acima, Lacerda tenta demonstrar que a “reputação injusta” não foi o único legado que seu pai lhe concedera, pois seu maior presente consistiu na devoção à vida pública.

Um exemplo dessa herança familiar pode ser visto no destaque que Lacerda concedera em seu livro ao projeto referente à reforma do ensino, discutido por seu pai na Câmara dos Deputados. Após apresentar um pequeno discurso de Maurício de Lacerda sobre sua proposta para educação, nosso autor afirma tê-la retomado meio século depois, quando era governador da Guanabara em 1961, ao converter em lei o projeto de Diretrizes e Bases da Educação.

Para isso, tive de negociar a autoria do substitutivo que deixou de ser meu para ser de ninguém, como único meio de obter o voto de bancadas que preferiam manter a educação amarrada a ver uma lei de educação com meu nome.²³

Nada mais altruísta do que uma ação anônima dedicada ao bem público; com essa pequena passagem Lacerda consegue sutilmente passar ao leitor o mesmo sentido

¹⁹ LACERDA, Carlos. Op.cit. P. 83

Ibid. P. 83.

²¹ Ibid. p.83.

²² Ibid., p.83.

²³ Ibid.p. 30.

de doação que, através de sua narrativa, impusera a seu pai. Como podemos ver, a rememoração de acontecimentos e valores familiares é incorporada à narrativa de sua vida para dar-lhe sentido através do vínculo de filiação.

A memória da geração familiar entrecruza-se à história do país, já que os principais personagens da narrativa de Lacerda consistem em homens públicos. A Revolta do Forte em 1922 é um exemplo deste entrecruzamento, pois para nosso autor este episódio – “visto por muitos como mais um dentre os inúmeros golpes e intentonas existentes na história do Brasil”²⁴ - modificou o rumo do país. Para nós este é o momento chave para compreendermos a construção narrativa de Lacerda a qual mobiliza a memória geracional no intuito de edificar a idéia de uma revolução permanente, pois inacabada, cuja bandeira fora uma vez defendida por seu pai e agora é alçada, apesar dos percalços, por nosso autor.

Para Lacerda a Revolta do Forte de 1922 foi o momento no qual a reação das oligarquias tornou-se acirrada através do aperfeiçoamento do controle policial e do domínio político, situações que o autor não deixa de assimilar à época em que escreve suas rememorações:

Um processo de encolhimento do Brasil, ultimamente tão bem-sucedido. Deu-se ênfase ao complementar, a moralização dos costumes políticos e menosprezou-se o principal, a consolidação nacional no plano cultural e econômico²⁵.

Foi também para o autor, o momento de germinação do protesto e da não conformação com a inércia e com o êxito da mediocridade, os quais são personificados na imagem que constrói de seu pai e de si. Maurício de Lacerda participara das articulações para este levante militar de 5 de julho de 1922, o qual dera início ao ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920 – movimento contrário à eleição de Artur Bernardes para a presidência e às punições impostas pelo governo de Epitácio Pessoa aos militares. Neste momento Lacerda, ainda menino, é enviado à fazenda de sua tia que recebia cartas de seu tio Fernando, sobre os acontecimentos do Rio e as ações políticas de seu pai:

O Mauricio prossegue de fato na sua duvidosíssima faina de querer endireitar os politiqueros do Brasil. São todos homens barbados que se afizeram às tricas e futricas em que se chafurdam, para seguirem as trilhas mais limpas. Penso que o caminho a

²⁴ Ibid.p. 30

²⁵ Ibid. p. 105

seguir pelos que não pactuam com esses descritórios seria a abstenção, se acaso não representasse talvez uma falta de ânimo indigna da idade e da têmpera de Maurício.²⁶

Como podemos ver Lacerda tentará fazer uma analogia entre a oposição feita por seu pai ao governo da década de 20 e a sua oposição ao governo castellista da década de 60. Ambos estariam a lutar, de acordo com nosso autor, por uma revolução política que nunca chegara a acontecer, pois todas as tentativas – seja a frustrada revolta do forte, seja a revolução de 30 como veremos mais tarde, seja a dita revolução de 64 – acabaram por “perder seu rumo” e retornar ao domínio oligarca. A repressão e o que chama de “estagnação da vida nacional” presentes no governo de Arthur Bernardes em 1922-26, por exemplo, aproximou-se, na narrativa de Carlos Lacerda, ao modelo político-administrativo de Castelo Branco em 1964-67.

A boataria que atormentava o governo mobilizou uma política de repressão (...) uma política requintada na delação e na violência. (...) A indignação nacional contra o estado de sítio, que durou todo quadriênio do Bernardes, traduzia-se por toda parte em anedotas e conspirações. (...) as grandes questões nacionais resolviam-se em valsa lenta para piano, cartas de recomendação, conversas de banqueiros internacionais, que vinham fiscalizar as finanças nacionais. E a interminável parolagem da politicagem, que sobrevive a todos os golpes, e dura até hoje.²⁷

Maurício de Lacerda foi preso ainda no governo de Arthur Bernardes, em 1924, devido às declarações publicadas no mesmo ano, em um artigo denominado **Sombras da Revolução** no qual defende a necessidade de uma revolução social no país²⁸. Carlos Lacerda descreve as dificuldades pelas quais sua família teve de passar durante o cárcere de seu pai e ressalta mais uma vez a idéia de “devoção à nação”. O alicerce desta “vocaçào” do nosso autor encontra-se na construção de uma formação política, resultado da apropriação da memória de seus familiares, especialmente de seu pai: “Crescia em nós a revolta. A pátria, a meus olhos, tornou-se uma *criatura a salvar, literalmente amada e idolatrada*. [meus grifos]”²⁹.

No entanto, durante a Revolução de 1930 Maurício de Lacerda e Artur Bernardes encontravam-se do mesmo lado da trincheira, assim como, anos mais tarde, em 1945, Carlos Lacerda juntou-se ao pai e a Bernardes para a fundação do partido

²⁶ Ibid. p. 106

²⁷ Ibid. P.107

²⁸ CEPDOC. Disponível em

<http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/biografias/Carlos_Lacerda.asp> Acesso em fevereiro de 2011.

²⁹ LACERDA, Carlos. Op.cit. p. 110

UDN – União Democrática Nacional. Como seria possível para nosso autor, omitir fatos tão marcantes e ainda presentes na memória coletiva nacional para, com isso, manter intacta a imagem que imputara à Bernardes de “inimigo da nação”? Lacerda não arriscara omitir, muito pelo contrário, ofereceu ao leitor a aparente contradição com o intuito de “desmistificá-la”. Após mencionar a publicação de um artigo em 1946, no qual faz referência à corajosa atuação do ex-presidente contra a ditadura de Getúlio Vargas em 1937, nosso autor ressalta:

Como se compreendesse o que aquilo significava, uma superação de graves e justos ressentimentos, o Deputado Artur Bernardes, quando entrei na sala do escritório (...) Bernardes fez um gesto solene, mandou-me sentar defronte da sua poltrona e disse, presidencialmente: - Quero lhe agradecer a generosa referência.³⁰

Lacerda defende essa “reconciliação” como uma prova de sacrifício seu e de seu pai. A superação de ressentimentos passados deve-se a um objetivo maior, a uma noção de dever que perpassa toda a sua narrativa de vida. – “Tínhamos em comum a noção dos nossos deveres. E, a preservar, um bem de família: o Brasil”³¹. A idéia, portanto, de um dever familiar de resguardar e/ou salvar a nação - ideal nacionalista que parece submeter sua vida privada - consiste na “vocação” que nosso autor pretende edificar através do seu passado presente, ou seja, de suas evocações que por meio da linguagem “presentificam” a experiência passada.

Após esse pequeno desvio, no qual Lacerda reforça a idéia de “missão”, calcada na memória de geração - a qual nos leva a crer que sua devoção ao bem público nada mais é que um legado de família - nosso autor retorna à defesa de seu argumento quanto a uma Revolução permanente, inacabada devido à manutenção dos oligarcas no poder. De acordo com o autor, as críticas aos governos são as mesmas, pois os problemas do Brasil continuam inalterados. Apesar da variação das personalidades e metodologias, para Lacerda, os governos brasileiros, em sua essência - com raras exceções as quais apresentaremos posteriormente - permaneceram sem alterações substanciais. Devido a essa permanência, a luta de seu pai pode ser por Lacerda apropriada, assim como as suas memórias e os valores que lhes são inculcados. Motivo pelo qual nosso autor utilizou-se do mesmo discurso que seu pai escrevera em 1927 para o Presidente Washington Luis, sucessor de Artur Bernardes, para referir-se à Costa e Silva,

³⁰ Ibid. P.111

³¹ Ibid.P. 112.

Presidente da República quarenta anos depois, momento em que Lacerda escrevera sua narrativa.

O governo passado fez um retrocesso. (...) Não acredito que o presidente atual da República, que começou pela liberdade dos presos de idéias se mostre com outra mentalidade que não a de orientar-se para soluções mais dignas do problema atual do Brasil inteiro. S.Excia há de querer mudar de rota, pelo menos por instinto de conservação política.³²

Mais uma vez vemos o projeto de Lacerda em 1967 entrecruzar-se com a construção de sua vocação política. A mensagem ao presidente Costa e Silva pode ser lida como a tentativa lacerdista de aproximar-se do atual governo militar - mesmo ainda se mantendo distante do governo anterior de Castelo Branco – e assim aumentar as probabilidades de conquistar o cargo que tanto almejava, a presidência da República.

Lacerda nunca escondeu seu desejo de tornar-se presidente e é devido a esse escopo que sua narrativa apresenta ao leitor de maneira recorrente a missão que construiu para si: “reformatar a nação”³³. A decepção por não ter conseguido alcançar tal meta também consta em seu relato. Mas Lacerda não perde a esperança de que aquilo que vê como sua missão ainda se realize e sua narrativa está permeada por essa ambição futura.

Nesta fase da minha vida me preocupa saber que, no passar do tempo, talvez a minha oportunidade de ser Presidente da República – cargo para o qual me preparei, venha quando minha saúde já não me ajudar e as disposições do espírito se recusarem as do corpo. Isto que alguns chamam de ambição, para esconder a sua, é apenas a consciência de uma tarefa a executar, de uma missão séria a cumprir.³⁴

Para demonstrar que possui experiência política e conhecimento suficiente a respeito dos problemas da nação, Lacerda expõe em sua narrativa um detalhado resumo constituído por oito tópicos referentes às razões que levam os governantes do país a cometer os mesmos erros. Razões estas que justificam sua tese, na qual defende que as revoluções políticas ocorridas no Brasil desde a década de 20 até a década de 60 possuem os mesmos objetivos: resgatar o país das mãos de oligarcas para, finalmente, deixá-lo sob o comando do povo. Para nosso autor, portanto, todas as manifestações políticas desejosas em transformar o Brasil em uma democracia, acabaram em frustrações devido à recorrência dos erros apresentados a seguir:

³² Ibid. P. 113

³³ Ibid., P.81.

³⁴ Ibid.. p.81.

1- O Brasil ainda é atrasado demais para ser uma democracia adiantada. Mas é um país adiantado demais para se conformar em viver sob tutela. (...) 2- O Brasil tem sido governado por uma casta política, formando uma oligarquia que briga entre si, mas não larga o poder senão pelas armas. 3- Quando as armas intervêm, geralmente é para entregar temporariamente o poder à fração da oligarquia que entrou em dissidência. (...) 4- Tanto o domínio da oligarquia como os golpes militares de cúpula são movidos ou, quando menos, aproveitados por interesses estrangeiros. (...) 5- Cria-se assim o círculo vicioso. O país não se desenvolve porque não o deixam desenvolver-se livremente nem o ajudam suficientemente para tanto. Sua elite política torna-se cada vez mais escassa e incapaz. (...) 6- Os militares resolvem intervir; mas não estão preparados nem para a defesa nacional armada, muito menos para a segurança nacional em termos de reforma democrática do Brasil. A intenção da maioria é patriótica. (...) O Brasil tem de ser um país de imediato desenvolvimento, não apenas de fábricas e negócios, senão e ainda mais rapidamente, de um povo cuja formação para a cidadania seja intensificada. (...) 8- Não é por acaso que os governos, com raríssimas exceções, (...) desprezam o Ministério da Educação.³⁵

Ao criticar a ação militar, nosso autor cautelosamente acrescenta que “a intenção da maioria é patriótica”, ou seja, mesmo ao manter suas críticas ao governo castellista, Lacerda afasta suas censuras da generalização que poderia distanciá-lo de seu projeto político ao invés de aproximá-lo. A narrativa neste momento torna-se um claro pedido de participação no governo ainda em processo de formação do general Costa e Silva. Ele afirma que possui conhecimento vasto do Brasil, tem ciência de suas reais necessidades somada à experiência de seus anos no governo, à formação política cultivada no meio familiar, além do senso de responsabilidade e doação em benefício do bem público herdado por seu pai – a “consciência da tarefa a executar” que constantemente emerge em sua obra. Esboça, portanto a imagem perfeita do civil que deve aliar-se aos militares para ajudá-los em seu despreparo quanto à reforma democrática do Brasil.

Ao longo de toda minha experiência de luta, combatendo governos durante mais de trinta anos, governando cinco anos, trabalhando como parlamentar durante seis anos, escrevendo mais de cinco mil artigos políticos, afora outros, em cerca de 37 dos meus 52 anos de idade, (...) tenho o direito de ser acreditado, ao afirmar que os erros no Brasil são, substancialmente os mesmos(...)³⁶

Na eleição feita pelo autor dos principais problemas concernentes à nação, é possível notar que alguns momentos históricos estão a nortear sua linha de raciocínio. Podemos perceber que Lacerda refere-se, principalmente, a dois momentos chaves da história política brasileira: a revolução de 30 e o golpe de 1964. Essa aproximação contribui para a defesa de um movimento ininterrupto o qual engloba as gerações

³⁵ Ibid. p.117

³⁶ Ibid. p.115

familiares do autor e que, por ser contínuo, possui objetivos semelhantes, os quais já foram acima citados: tornar o Brasil um país democrático. A recorrência neste argumento deve-se a importância do entrelaçar de dois diferentes sentidos de memória geracional, presentes na construção identitária de Lacerda: geração como filiação e como época. Ao retomar em sua narrativa determinadas memórias pertencentes a seu pai ou referentes a ele, Lacerda está, simultaneamente, recorrendo a uma memória coletiva de sua geração, concernente a história política do país.

Com isso, suas evocações acabam por construir uma identidade narrativa, cuja formação política é ambivalente: constitui-se no âmbito familiar e no espaço público. No entanto há uma interdependência entre os sentidos, pois a proposta de Lacerda consiste em elaborar para si uma herança familiar de vocação política, de devoção ao bem público; a submissão do privado ao público por seu pai e pelo próprio é, portanto, decorrente deste emaranhado de ambos os espaços em suas lembranças. Um exemplo desta aliança entre espaço privado e público presente na construção de sua *persona* consiste na tentativa de nosso autor em resgatar a história política do Rio de Janeiro e associá-la às suas memórias.

De acordo com a historiadora Marly Motta, Lacerda almejava apresentar-se como herdeiro da tradição dos políticos da antiga capital, Rio de Janeiro, cuja principal característica consistia em “colocar os “grandes interesses nacionais” acima das “pequenas demandas locais”³⁷. Durante o governo na Guanabara (1960-1965) a tentativa de reafirmar a *capitalidade* do Rio de Janeiro passou a constituir um ponto central de seu projeto político, pois, através do papel tradicionalmente incumbido à região de vitrine da nação, Lacerda tentara erigir as condições para sua eventual candidatura à Presidência.

(...) o governo estava empenhado em transformar a Guanabara em modelo de administração eficiente, calcada em critérios técnicos e impessoais, a ser copiado pelo resto do país. (...) Lacerda buscava firmar uma imagem de governante para onde convergiam *o político* – carismático, de oratória engajada, que sentia e despertava violentas paixões – e *o administrador* – amante das decisões técnicas, que colocava a razão acima da emoção.³⁸

³⁷ MOTTA, Marly. **Saudades da Guanabara**. O campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-1975). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.p. 82

³⁸ Ibid. p. 83

Em 1965, ano de celebração do IV Centenário de fundação da cidade do Rio de Janeiro, Lacerda, candidato às eleições previstas para o próximo ano, investiu na retomada desta condição da Guanabara de “caixa de ressonância” das questões nacionais. Um exemplo desta conciliação entre a identidade do Estado da Guanabara com a antiga cidade do Rio de Janeiro encontra-se nas recorrentes menções à fundação desta na maioria dos enredos das escolas de samba do carnaval de 1965. - “A comemoração do passado quatrocentão deveria se tornar, assim, um poderoso argumento capaz de garantir ao mais novo membro da federação a peculiar condição de estado-capital.”³⁹

Marly Motta destaca a importância simbólica da *capitalidade*, como lugar garantidor da unidade nacional, ligado à própria fundação da história de um país. A capacidade de transformar uma cidade em capital capaz de aglutinar as diferentes regiões de uma nação e fornecer uma significação para tal comunhão encontra sua origem na construção memorialística apta a conceder à “capital real” o status de “capital virtual” que a antecede.⁴⁰

Núcleo da sociabilidade intelectual e da produção simbólica, essas cidades exerceram, cada uma à sua maneira, a função de foco da civilização, pólo da modernidade, baluarte da unidade, teatro do poder, e lugar de memória. No caso brasileiro, é amplamente reconhecido pela historiografia o papel central que a cidade do Rio de Janeiro ocupou no processo de montagem do Estado imperial e de construção da nação brasileira.⁴¹

Portanto, o passado do Rio de Janeiro como “cabeça da nação”, aglutinador de fatos históricos elencados como eventos personificadores da identidade nacional, nos esclarece a empreitada lacerdista de associar a construção de sua narrativa de vida com a história da ex-capital do Brasil.

Assim como em 1965 Carlos Lacerda pretendia transformar a Guanabara em modelo para a construção do futuro país, a partir da retomada do passado da cidade do Rio como principal centro da nação, em 1967 ele tentara utilizar-se do passado carioca para oferecer ao leitor a imagem de homem experiente e apto ao cargo de Presidente da República. Sua participação e/ou a participação de membros da sua família nos

³⁹ Id. **Rio, cidade – capital**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. P.50.

⁴⁰ Id. **Cabeça da nação, teatro do poder**: a cidade capital como objeto de investigação histórica. Rio de Janeiro: CPDOC, 1993. P. 15

⁴¹ Id. **"De grande capital a mera cidade..."**: o destino do Distrito Federal após a transferência da capital para Brasília. Rio de Janeiro: CPDOC, 1994. P. 7.

principais acontecimentos políticos do Rio de Janeiro, os quais marcaram a história nacional, formam a base para a construção teleológica de sua vocação para a Presidência – por isso a constante retomada em sua obra da frase: “cargo para o qual passei a vida a me preparar”.⁴²

Em **Rosas e Pedras de meu caminho**, Lacerda lista as suas realizações durante a administração da Guanabara no início da década de 1960 e destaca a importância das rotineiras visitas aos canteiros de obras para sua melhor atuação como governador do Estado. – “precisava saber do que se trata, as dificuldades, e as soluções ficavam mais claras”.⁴³ Dentre suas realizações o principal destaque é dado ao Aterro do Flamengo e Marly Motta nos explica o porquê desse realce em suas lembranças. De acordo com a autora, a construção do Aterro simbolizava a aliança das belezas naturais de um jardim com a capacidade técnica de uma construção de tal porte. Por isso, sua inauguração tornou-se o principal evento do IV Centenário da cidade do Rio de Janeiro, “com o claro intuito de colocar o governador carioca e candidato a presidente, Carlos Lacerda, no altar dos “grandes homens que construíram o Rio quatrocentão.”⁴⁴

Retornamos assim à idéia defendida por Marly Motta referente a uma dupla face que Lacerda imprimira em seu governo: de um lado o destaque à esfera administrativa - construção de escolas, indústrias e viadutos -; e, de outro, vemos a ênfase dada à atuação no âmbito político, visto por Lacerda como um campo de batalha. De acordo com a autora, apesar da grande desenvoltura de nosso autor na retórica do tribuno, sua capacidade de negociação era quase nula.⁴⁵ Além de sua clara inaptidão para concessões, o campo político carioca já era caracterizado pela polarização ideológica, a qual se reforçara durante a década de 1960, devido ao exacerbamento do conflito esquerda x direita no Brasil.

Além disso, uma das estratégias lacerdistas para manter a *capitalidade* do novo estado da federação e, com isso, fazer da Guanabara a “plataforma de decolagem de sua candidatura”⁴⁶ consistia na preservação da interferência do governo federal. Essa tática deveu-se à permanência na memória coletiva dos cariocas da possibilidade de

⁴² LACERDA, Carlos. Op. Cit.

⁴³ LACERDA, Carlos. Op.Cit. p. 172

⁴⁴ MOTTA, Marly. **Rio, cidade-capital**. Op.cit. p. 53.

⁴⁵ MOTTA. **Saudades da Guanabara** Op.cit. p. 64.

⁴⁶ In MOTTA, Marly. **Saudades da Guanabara** Op.cit. p. 82

intervenção federal na antiga capital do país, o que tornava a utilização desta “ameaça” uma estratégia em potencial para Lacerda, devido a sua capacidade de atemorizar determinados setores com uma possível perda de autonomia política e conseguir, assim, aglutiná-los sob a “proteção” do governador do estado.

Ao longo de 1963 a Guanabara teve que enfrentar sérias crises em função das dificuldades de relacionamento de seu governador com o governo federal e com a Assembleia Legislativa. Se é verdade que o acirramento do debate político-ideológico aí teve um papel importante, é igualmente verdadeiro que a gravidade e a intensidade dos conflitos se deveram, em doses iguais, à concepção radical que Lacerda tinha da atividade política, bem como à sua estratégia política, que visava a transformar o estado em principal plataforma de campanha eleitoral.⁴⁷

Lacerda em 1967 ao evocar os acontecimentos de 1963 aponta para a radicalização ideológica como obra de Jango e, ao invés de estratégia política, defende suas atitudes à época como resistência, a qual fora interpretada de maneira equivocada pela esquerda do país.⁴⁸ Ao se eximir da responsabilidade perante o acirramento ideológico do início da década de 1960, Lacerda, através de sua narrativa remissiva, diminui sua participação na queda de João Goulart e leva a crer que um choque entre comunistas, financiados pela Rússia, e militares, financiados pelos EUA, tornara-se iminente. Nosso autor defende que estava encurralado, pois era um dos poucos que ainda acreditavam na possibilidade de resolver a crise por meios democráticos.

Cada dia de relativa paz era um dia ganho para conseguir a realização de eleições e o prosseguimento da continuidade de formação de governos pelo voto do povo, assegurada pela deposição da ditadura de 1945, pela eleição do sucessor do marechal Dutra e pela entrega do poder, por Juscelino Kubitschek, no dia marcado, ao seu sucessor Janio Quadros, eleito pela oposição. A renúncia de Janio Quadros havia desencadeado a crise que visivelmente iria chegar ao auge antes das eleições, apesar de nossos esforços para resolvê-lo por via do voto popular.⁴⁹

Por que Lacerda estaria preocupado em apresentar seu apoio ao golpe civil-militar de 1964 como o último recurso, sua última opção se esperava participar do governo de Costa e Silva? Vimos no capítulo anterior que, através dessa sincronia entre passado e presente, Lacerda tentara sustentar duas possibilidades de aproximá-lo do cargo de sucessor presidencial: de maneira direta com a Frente Ampla ou indiretamente com o apoio da ARENA e do governo militar. Com isso, ao manter certa distância do ocorrido em 1964, ou seja, ao afirmar que apoiou o golpe, mas não foi um dos

⁴⁷ MOTTA. *Saudades da Guanabara* Op.cit. p. 84

⁴⁸ LACERDA, Carlos. Op.cit. p. 172

⁴⁹ LACERDA, Carlos. Op.cit. p. 173

principais responsáveis por sua execução, Carlos Lacerda consegue equilibrar-se entre estas duas possibilidades aparentemente divergentes de alcançar seu objetivo futuro: a Presidência da República.

Em sua obra de 1967, Lacerda relata o ocorrido em 4 de outubro de 1963, dia em que o Secretario de Segurança, Coronel-Aviador da Reserva Gustavo Borges, o avisou que uma tropa de pára-quedistas do Exército tinha ordens de prendê-lo em sua visita ao Hospital Miguel Couto. Nosso autor discorre sobre a sua fuga para o Palácio da Guanabara e compara tal situação com o atentado de 1954 na Rua Tonelero.

Tinha a certeza ou pelo menos a forte esperança de que, a exemplo do sucedido em 1954, o atentado seria o fim da ameaça de ditadura e a derrubada do governo que o Presidente Goulart já não controlava. Mas que viria depois? (...) Não tinha resposta a me dar. Senti-me ligeiramente envergonhado de não ter pensado em Letícia, nos meus filhos, e nesse meu pequeno mundo à parte; me concentrei em quanto o Chevrolet voava a caminho do palácio da Guanabara. Ali era o lugar do governador morrer.⁵⁰

Nesta citação Lacerda volta a apresentar a imagem do homem cuja vocação reside no bem público. Essa recorrência denota a persistência de nosso autor em incutir na percepção do leitor a noção de devoção e altruísmo, qualidades que o tornariam o “político perfeito”, ao qual todos confiariam a condução da nação. No entanto, devemos atentar para a relação estabelecida pelo autor entre o atentado de 1954⁵¹ e seu relato referente a outubro de 1963.

No capítulo anterior vimos que Lacerda tentara estabelecer um paralelo entre o atentado da Rua Toneleros e sua defesa de uma revolução inacabada no país: iniciou-se na década de 1920 com os movimentos tenentistas, dos quais seu pai participava ativamente e que culminaram com a Revolução de 1930. No entanto, de acordo com nosso autor, ao tomar o poder, Vargas desvirtuou o caminho da revolução, pois utilizava métodos autoritários e antidemocráticos. Para Lacerda, o atentado contra a sua vida foi o momento propício para o início da “verdadeira revolução”, com a deposição de Vargas e a retomada dos métodos democráticos a fim de alcançar os objetivos sociais

⁵⁰ LACERDA, Carlos. Op.cit. p. 174

⁵¹ “Gregório Fortunado, segurança de Vargas, irritado com as críticas de Lacerda a seu chefe, decide contratar um homem da própria guarda do presidente – Alcino João Nascimento – para matá-lo. Mas o pistoleiro mata Rubens Vaz, major da Aeronáutica que atuava nessa noite como segurança de Lacerda, que escapa baleado no pé. Instala-se um inquérito Policial Militar (...) No dia 23 de agosto o Presidente recebe o ultimato do ministro da Guerra e no dia seguinte se mata.” In: PEREZ, Maurício Dominguez. **Lacerda na Guanabara**. Rio de Janeiro: Odisséia, 2007. P.41.

pelos quais seu pai e ele lutavam. Contudo, o suicídio do presidente “cegou” a população devido a uma carta cujo autor, Lacerda alega não ser Getúlio.

Ninguém queria a responsabilidade de ter deposto Vargas. Pois morto, com o gesto de suicídio, como que se santificou. E os ambiciosos, assim como os ingênuos, não queriam perder seu apoio póstumo. (...) A carta testamento nunca existiu como tal. (...) O texto, em três vias chegou às mãos de Getúlio para ser assinado, durante a última reunião do Ministério com o Presidente, na madrugada de 24 de agosto. Vargas assinou o papel sem ler o texto.⁵²

Para Lacerda, a decisão de Café Filho - presidente após o suicídio de Getúlio – de cessar o inquérito referente ao atentado e convocar eleições no prazo marcado foi um erro, pois trouxe como conseqüência, novos movimentos militares e novas crises políticas ao país. O ocorrido em 1963, portanto, se encaixa na narrativa lacerdista como o novo prenúncio da queda, o momento em que a “ditadura de esquerda”, prestes a suceder, deixaria de ser uma ameaça, pois assim como o atentado de 1954 trouxera a deposição de Vargas, a radicalização de Jango implicaria em sua destituição.

Devido à necessidade de aproximar-se de Kubitschek e conseqüentemente de Vargas devido à Frente Ampla, nosso autor cria em sua narrativa uma analogia entre Getúlio e Jango: ambos estavam a perder o controle de seus governos, o primeiro para o grupo denominado por Lacerda de oligarcas e o segundo para os comunistas. Dessa forma, apesar de seus métodos antidemocráticos, Vargas aparece ao leitor como um homem possuidor de objetivos válidos, os quais sintonizam com os objetivos lacerdistas. - “ele [Vargas] não notou que dizíamos as mesmas coisas, embora nos opuséssemos decididamente nos métodos e no uso do instrumento do poder.”⁵³ Para Lacerda, o maior erro de Vargas consistia nas alianças que fizera durante o seu governo e seu suicídio era na verdade um protesto contra aqueles em que inicialmente confiara. – “Vargas morreu desiludido com os políticos oligarcas e abalado pelo poderio do domínio do sistema imperialista sobre o Brasil.”⁵⁴

Podemos perceber que nosso autor consegue, através de suas lembranças, aproximar-se de Vargas, Kubitschek e de seu pai ao defender que apesar de algumas divergências quanto aos métodos e apoios de alguns setores da sociedade, todos estavam a defender as mesmas causas:

⁵² LACERDA Carlos. Op.cit. p. 249

⁵³ Ibid. p. 251

⁵⁴ Ibid. p 251

(...) aquela [paz] pela qual Vargas lutou em seus melhores dias, como Kubitschek e nós também: a batalha do desenvolvimento integrado, isto é do progresso material e moral, da transformação econômica e cultural, da afirmação da existência nacional que é a formação de uma política de justiça social e reforma pela base.⁵⁵

Com o entrelaçamento da memória de geração familiar e a memória de seus contemporâneos Lacerda consegue passar ao leitor uma imagem de homem devoto a nação, herdeiro de uma causa social pela qual seu pai uma vez lutara, um ideal pelo qual foi coerente em todos os momentos de sua vida pública. Com isso, Lacerda acaba por tornar-se, através de sua narrativa, o mais indicado a conduzir a nação em meio à revolução que passara a vida a tentar realizar.

Assim como na concepção de seu pai a Revolução de 30 acabou por descarrilar, Lacerda defende que a “revolução” de 1964 desvirtuou-se com Castello por manter os setores oligárquicos no poder. – “[O Brasil] fez uma revolução, mas tem receio de dizer que a fez e a entrega à guarda dos que nem a fizeram, nem a entenderam.”⁵⁶ Através de sua obra **Rosas e Pedras de meu Caminho** nosso autor mostra-se a disposição para ajudar os militares a retornar ao rumo da democracia, além de apresentar-se como o mais apto para tal.

(...) o que interessa no relato sumário da crise de 1954, no atentado da rua Tonelero, no suicídio de Vargas, é mostrar que de tantos sacrifícios, de parte a parte tem de resultar algo útil para o povo. (...) Hoje estamos diante de um governo militarizado criado com as melhores intenções, mas desviados de seus rumos, pois feito para garantir eleições livres e diretas, reprimiu a liberdade e a eleição, privando o povo do direito de escolher o seu governo.⁵⁷

Vemos que toda construção argumentativa do seu livro baseia-se na polarização ideológica que marcara sua geração. De acordo com Marly Motta Lacerda, grande liderança anticomunista, era um dos principais agitadores do campo de luta política no qual esquerda e direita digladiavam-se. Ele esteve no centro da crise política que abalara o país entre agosto e setembro de 1961, período em que provocou a renúncia de Janio Quadros e tentara organizar a resistência militar à posse de João Goulart. Foi nesse momento que sua imagem de “demolidor de presidentes” foi consolidada, fama que se iniciara com sua fracassada tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart à presidência em 1955.

⁵⁵ Ibid. p 252

⁵⁶ Ibid. p 300

⁵⁷ Ibid. p 258

Mas assim como em 1960 em sua campanha a governador da Guanabara, nosso autor em 1967, ao escrever sua obra, sabia que a identidade narrativa que deveria criar não poderia condizer apenas com a imagem negativa do demolidor - “desse modo à fama de “demolidor”, que tanto prestígio lhe rendera no passado, Lacerda julgava mais proveitoso, nesse momento, à de “construtor”. ”⁵⁸ Ele tenta, portanto, aliar à imagem de homem de oposição que herdara de seu pai, uma representação administrativa, ao resgatar seus feitos durante o governo na Guanabara. Para Lacerda seu período no Estado carioca foi um modelo de governança, o qual deveria ser tomado como exemplo para a condução política do país.

O governador da Guanabara tinha o apoio das bases do seu partido, a UDN, mais a reticente e constringida concordância de certas áreas da política profissional, que engoliam a custo uma liderança baseada numa concepção de governo oposta ao tradicional parasitismo e inércia da oligarquia que, desde os primeiros anos da República, se apossou dos comandos. (...) ⁵⁹

No início deste capítulo mencionamos que um dos legados deixados por seu pai à Lacerda consistiu na reputação de “homem que só sabia destruir” ⁶⁰. No entanto, nosso autor defende que apesar da frustração de seu pai, ele conseguira ultrapassar a reputação injusta e concretizar, com seu governo na Guanabara, a verdadeira herança deixada por sua família: a devoção ao bem público.

Deixou a injusta reputação de homem que só sabia destruir, a mesma em que se pretendeu me aprisionar; mas tive a oportunidade de mostrar o que era capaz de fazer, o que exigia dos outros e de não fazer o que nos outros condenava. Mas o pouco que me deu quantidade, em qualidade foi muitíssimo. Seu sentido de vida pública era de uma doação, não uma reivindicação pessoal. ⁶¹

Essa concepção de vocação política que nosso autor constrói ao entrelaçar memória familiar e memória coletiva do país é central em sua narrativa, pois consiste em uma importante contribuição para a realização de seu projeto para o futuro: alcançar o cargo da Presidência através do apoio e crescimento da Frente Ampla ou pelas mãos dos militares, com Costa e Silva a apoiá-lo.

Como vimos anteriormente, para Ricoeur, memória de geração tem um duplo sentido: refere-se à seqüência geracional e às memórias compartilhadas por

⁵⁸ MOTTA, Marly Silva da. O relato biográfico como fonte para a história. **Vidya**, Santa Maria (RS), n 34, p. 101-122, jul./dez. 2000. p.122

⁵⁹ LACERDA, Carlos. Op. Cit. p 172

⁶⁰ Ibid. p. p.83.

⁶¹ Ibid. p. 83

contemporâneos. Marly Motta nos apresenta a relevância do dado geracional em **Depoimento**⁶² de Lacerda.

Nascido em 1914, Lacerda é da geração cuja memória foi balizada por fatos – a Revolução de 30, o Estado Novo e a posterior redemocratização – figuras – Getúlio Vargas e Luiz Carlos Prestes talvez fossem os mais paradigmáticos – e, por idéias, como o comunismo e o liberalismo.⁶³

De acordo com a autora o passado de Carlos Lacerda fora organizado em seus depoimentos a partir deste referencial geracional. Além de destacar sua formação política proveniente do âmbito familiar, Marly também ressalta o destaque de Lacerda quanto à sua atuação no Rio de Janeiro e o cultivo de sua imagem de administrador público.

Se o anticomunismo era uma importante bandeira em um Brasil marcado pela “guerra fria”, Lacerda sabia que, para convencer os eleitores a votar em um “reacionário”, seria preciso apresentar bons resultados à frente do governo da Guanabara. Educação, urbanização e habitação foram as áreas mais beneficiadas, e que até hoje, não por acaso, dão a Lacerda um lugar privilegiado na memória carioca.⁶⁴

No entanto, percebemos que mesmo com a pretensão de aliar uma imagem construtiva à sua fama de demolidor, mais do que destrinchar o que defendia, Lacerda tentara explicar suas ações e enxertá-las de significado através da crítica ao que se opunha. A construção de uma imagem de homem da oposição, em constante vigilância e disposto a denunciar quando todos os demais se calam é diversas vezes reforçada pelo narrador.

Tenho por vezes a impressão de que o mal maior está em que, nesta fase, predomina o critério da contemporização, da habilidade que não choca ninguém, do desejo de agradar aos militares sem escandalizar os civis, de ganhar tempo até que os civis voltem ao poder sem provocas os militares.⁶⁵

⁶² Em 1976, Lacerda foi convidado à dar seus depoimentos quanto ao período ditatorial no qual o Brasil encontrava-se. Melchiades Cunha Júnior, redator do **Jornal da Tarde**, propunha a listagem dos principais personagens da vida política brasileira durante as últimas quatro décadas para ouvir seus depoimentos, os quais não seriam divulgados enquanto tais personalidades estivessem vivas. O primeiro a encabeçar a lista era Carlos Lacerda.

⁶³ MOTTA, Marly Silva. Op. cit. p. 118.

⁶⁴ MOTTA, Marly Silva da. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado. In: Meihy, José Carlos Sebe. **(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. P.4

⁶⁵ LACERDA, Carlos. Op.cit. p. 299

Ele defende que a civilização encontra-se ameaçada pelos que, ao tentar defendê-la a renegam e não por aqueles que, desejando aperfeiçoá-la a destroem⁶⁶. A partir dessa lógica, “o homem que só sabe destruir” é necessário para a reforma da nação; a identidade que almejou edificar através de suas memórias refletem essa imagem do político de oposição. E foi nos dizeres do poeta José Régio, que Lacerda encontrou aquilo que acreditava melhor o definir: Só sei que não vou por aí.⁶⁷

No próximo capítulo veremos como Lacerda tentara aliar essa imagem de “homem da oposição”, o qual derrubara Vargas e Janio e tentara derrubar Juscelino e Jango, com a imagem de um defensor da democracia.

⁶⁶ Cf. LACERDA, Carlos. **Rosas e pedras de meu caminho**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p.56.

⁶⁷ RÉGIO, José. Apud LACERDA, Carlos. **Rosas e pedras de meu caminho**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 34